

MIGRAÇÃO, IDENTIDADE, INTERCULTURAÇÃO. TESES E FRAGMENTOS PARA UM DISCERNIMENTO TEOLÓGICO-PASTORAL

*Paulo Suess**

A migração é atravessada por todas as questões cadentes da nossa civilização. Temas como territorialidade, urbanização, agronegócio, modelo de desenvolvimento, trabalho, sociedade de classe, identidade são como fios que formam um nó quase impossível de se desfazer. Para este texto, construído em forma de teses, foi proposto fazer um corte pela identidade e a interculturalidade, a partir do campo teológico-pastoral. Mesmo assim, no pedregulho da migração, todas as pás que procuram cavar fundo entortam. O resultado parece já estar pronto antes de se escrever a primeira linha, e aponta para duas opções: acabar com a migração ou acompanhá-la. O resultado, aparentemente impossível, questiona o sedentarismo eclesial e o estatuto sistêmico da prática pastoral.

Palavras-chave: Identidade; Interculturação; Desenvolvimento; Solidariedade

O VI Encontro Continental de Teologia Índia, de 1 a 4 de dezembro de 2009, em El Salvador, em sua mensagem final – “Mobilidade humana, desafios e esperança para os povos indígenas” –, faz uma constatação enigmática quando afirma: “Um povo que não migra se condena a morrer”. O significado de uma palavra, no caso, a palavra “migração”, quando usada para expressar algo negativo e algo positivo ao mesmo tempo – migração como deslocamento forçado por causa de penúria e opressão, e migração como opção cultural (nomadismo) ou busca de progresso – produz a dança do conceito. Para escapar dessa ambiguidade vou tentar destrinchar algumas conotações semânticas da palavra “migração” a partir

* Paulo Suess é doutor em Teologia Fundamental pela Universidade de Muenster, Alemanha, professor de pós-graduação em Missiologia no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (Itesp) de São Paulo e assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e do Conselho Missionário Nacional (Comina). São Paulo / Brasil.

de diferentes causas e efeitos dessas migrações. O discernimento prévio permite tecer algumas ponderações sobre a intervenção da Pastoral do Migrante, inspirada no Documento de Aparecida (DAp)¹ e sempre de novo provocada pelo projeto do Reino.²

Discernimentos

Um dos fenômenos mais importantes em nossos países é o processo de mobilidade humana, em sua dupla expressão de migração e itinerância, em que milhões de pessoas migram ou se vêem forçadas a migrar dentro e fora de seus respectivos países. (DAp 73)

A migração tem várias causas e nomes. A expulsão “forçada” por via legal ou ilegal e o “êxodo” mais ou menos voluntário por motivos religiosos, culturais, sociais e psicológicos estabelecem um primeiro divisor das águas. O migrante pode ser um refugiado político, econômico e cultural.³ Nas pastorais da Igreja Católica, o motivo do deslocamento e da mobilidade, presente na expressão simbólica da “caminhada” é, muitas vezes, considerado um prefixo de toda a ação pastoral e aponta para um projeto dinâmico de vida.

A migração “voluntária” se dá, sobretudo, entre jovens que perderam o gosto de viver na terra onde nasceram. O sistema escolar e a propaganda de meios de comunicação contribuem muito para essa perda. Esses migrantes voluntários procuram, em países que os desprezam, uma pequena fatia do “progresso” para compensar as condições de vida consideradas inadequadas em seu país de origem. O preço que pagam pela correria atrás desse progresso é alto. Cobra-lhes conformismo e assimilação que pervertem seus sonhos e paralisam seu potencial transformador.

Na corrida atrás do progresso é fácil confundir a contínua fabricação de novos objetos e a correria atrás deles com a própria emancipação de penúria e opressão. É difícil distinguir necessidades reais de necessidades sugeridas pela propaganda. A aceleração do tempo na produção, no consumo e na inovação tecnológica é um dos momentos marcantes do capitalismo tardio com um grande impacto sobre migrantes que não querem perder ou que precisam recuperar a sua conexão sistêmica.

¹ Cf. *Documento de Aparecida*: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: CNBB/Paulus/Paulinas, 2007. Daqui em diante DAp.

² Cf. SUESS, Paulo. *Migração, peregrinação e caminhada*, p. 294-311. Este artigo representa a complementação essencial do texto aqui apresentado.

³ Para obter dados estatísticos e diferenciações jurídicas, ver o site da Associação Brasileira de Estudos Populacionais www.abep.org.br e os textos ali disponibilizados do “VI Encontro Nacional sobre Migrações” (12 a 14 de agosto de 2009, Belo Horizonte/MG).

A migração “voluntária” pode ter ainda outros motivos, além da corrida em busca do progresso. Pode basear-se no direito de ir e vir; pode encaixar-se no espírito de migração cultural em busca de uma “terra sem males” dos Guarani; pode ser expressão de um impulso aventureiro ou de uma mística de peregrino.

A peregrinação é prática ritual e lembrete simbólico da caminhada. De tempos em tempos, o cristão ritualiza sua passagem provisória pelo mundo através de peregrinação para Jerusalém, Santiago de Compostella, Canindé ou Aparecida do Norte. A peregrinação lembra a caminhada. Não é um substitutivo dela. A caminhada é opção do seguimento de Jesus Caminho, longe dos motivos de fuga do mundo perverso ou da conformação ao mundo injusto. A caminhada é uma opção material e espiritual, que se realiza geograficamente no mundo, temporalmente, a cada dia e, espiritualmente, na vida de cada pessoa. Nem sempre é possível distinguir claramente os motivos entre essas modalidades de deslocamento real e simbólico e seu alcance semântico, entre migração, êxodo, asilo político, peregrinação, correria e caminhada.

O que o Documento de Santo Domingo (SD)⁴ disse acerca da cultura vale também para a identidade. Ambas são atravessadas por estruturas de pecado (cf. SD 13), que são formas de alienação que apontam para falhas ou rachaduras (forçadas ou não) na continuidade ou na constituição de coesão vivencial. Se no novo contexto (no país receptor) a constituição social falhar, pode-se falar de uma identidade socialmente danificada. Sintomas dessa identidade danificada seriam o isolamento radical (marginalização), a fragmentação simbólica quase esquizofrênica entre origem e destino e a assimilação na nova sociedade. Existe também a possibilidade de continuidade biográfica em nichos de privacidade e intimidade.

A alienação atravessa todas as modalidades de identidade histórica, a alienação objetiva, socialmente imposta numa sociedade não redimida, e a alienação subjetiva, assumida pelo indivíduo, não só através de seus desejos insaciáveis por “mais” e “melhor”, mas como sua condição de vida. Alienação compreende-se nesse contexto como distanciamento ou perda de autonomia e liberdade das pessoas. Distanciamento e perdas as afastam de seu projeto de vida numa sociedade de desiguais, com a qual, originalmente, não se identificaram e, hoje, convivem com indiferença.⁵ Mas também a autonomia, que para as diferentes classes –

⁴ *Documento de Santo Domingo*: conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano. São Paulo: Paulinas, 1992. Daqui em diante SD.

⁵ Cf. JAEGGI, Rahel. *Entfremdung*, p. 50s.

para uns como possibilidade real, para outros como desejo – se configura como privatização ética, como consumismo e multiplicação de opções que, na butique de pão, por exemplo, permitem escolher entre sessenta tipos de pães diferentes, também essa autonomia se revela não só como emancipação, mas como nova escravidão e causa de patologias modernas.⁶ Talvez os padres conciliares tenham pensado nessa contradição quando advertiram contra “as aparências da falsa autonomia”⁷.

Migração

Na América Latina e Caribe os emigrantes, deslocados e refugiados, sobretudo por causas econômicas, políticas e de violência, constituem fato novo e dramático. (DAp 411)

A migração nos coloca num campo de conflitos entre dois projetos de vida incompatíveis: o projeto de vida do sistema capitalista e o projeto de vida do Reino de Deus. O primeiro é um projeto de vida que permite o “bem viver” para poucos. Estes se beneficiam da produção cada vez mais acelerada, da acumulação de bens e lucros, do consumo, do crescimento além das possibilidades do planeta Terra. É o projeto concorrencial de produtores, consumidores, clientes e administradores. O segundo projeto visa o “bem viver” de todos, na base da redistribuição dos bens, da gratuidade simbólica e real, do reconhecimento da alteridade e da justiça maior. É o projeto que aponta para a solidariedade e a amizade entre todos. Neste projeto não existem estrangeiros. Todos são parentes e internacionalistas da grande família humana. O sofrimento dos confins do mundo repercute no coração e no lugar de cada um. Na história e vida concreta, o projeto do Reino, em sua plenitude, é sempre incompleto. Seu horizonte escatológico, porém, tem uma incidência sobre passos e decisões de cada dia.

A migração não é uma caminhada de um projeto de morte (projeto capitalista) para um projeto de vida (Reino de Deus). É uma marcha por melhorias socioeconômicas ou por sobrevivência (fuga de zonas de guerras civis ou de catástrofes naturais) no interior do sistema capitalista globalizado, que não reconhece uma exterioridade. O excluído é um não participante, um descartado. O migrante tem poucas condições de luta por transformações substanciais do sistema político-econômico que o obriga a migrar. Para transformações estruturais do sistema, que o faz sair de sua terra, ou para ter ao menos condições de sobrevivência ou vida digna no

⁶ Cf. ROSA, Hartmut. “Kritik der Zeitverhältnisse”, p. 43.

⁷ Cf. *Compêndio do Vaticano II: Gaudium et Spes*. Petrópolis: Vozes, 2000, n. 41c.

seu lugar, o migrante precisaria ter condições de barganha e organização coletiva. A migração desterritorializa, individualiza e isola. Além de não ter lugar geográfico nem social, o migrante tampouco tem partido político que o defenda ou sindicato que o represente nas lutas sociais. Partidos e sindicatos estão acoplados ao capitalismo, que está na raiz da migração.

O êxodo migratório, que hoje é um fenômeno acoplado à economia globalizada, beneficia determinados setores da sociedade que se sentem aliviados com a saída das “massas sobranes”. Incorporam as terras dos migrantes em seus latifúndios e substituem a sua mão-de-obra por assalariados mais baratos ou por máquinas. Por outro lado, esses mesmos setores vencedores se sentem ameaçados em seus privilégios pelos imigrantes que chegam. Obrigam a classe política, que representa seus interesses e que lhes deve lealdade por causa de suas contribuições no período das eleições, a legislar contra os imigrantes. Estes, muitas vezes sem documentos de imigração, sem carteira de trabalho e sem a rede social de parentes e amigos, são induzidos ao crime e, ao mesmo tempo, inocentemente criminalizados. São vítimas de chantagem e exploração no lugar de trabalho por subcontratação e terceirização, e na delegacia de polícia.⁸

A prosperidade social e a desigualdade econômica podem ser mantidas pelas forças repressivas, como a militarização das fronteiras ou a criminalização dos imigrantes. Mas prosperidade e desigualdade também podem ser combatidas pela consolidação da vida democrática e a construção de um Estado de Bem-Estar Social em nível mundial baseado em uma cultura de solidariedade. Soluções isoladas de um Estado não podem resolver a questão porque criam novamente assimetrias econômicas que estimulam a migração.

Os migrantes contribuem significativamente para a redução de custos da produção e para a maximização de lucros nos países receptores onde trabalham. Na encruzilhada entre ecologia e economia repercutem os privilégios das elites e as consequências de um progresso que cria produtos desnecessários, gasta os limitados recursos naturais, devasta o ecossistema e trata água, terra e ar como bens privatizados.

A migração representa uma crítica radical ao sistema capitalista, cujo sistema de produção é capaz de eliminar a penúria, mas cujo sistema de acumulação que visa a privilégios sociais, é indisposto a redistribuir seus produtos para todos. Por sua meta de acumulação de lucro através de uma produção crescente, sempre mais acelerada, transforma uma determinada

⁸ Cf. NÓBREGA, Ricardo. “ Migração e globalização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo”, p. 16ss.

parcela de cidadãos e moradores em migrantes para regiões privilegiadas que dominam o processo de produção globalizada. O migrante é obrigado a abandonar seu território, que já não garante mais a sua sobrevivência. Na região onde termina a sua migração, cultural e socialmente desenraizado, torna-se produtor de mais-valia e lucro para grupos anônimos de acionistas na bolsa de valores. Assim, alimenta o sistema que está na origem de seu sofrimento.

Identidade

A cultura suburbana é fruto de grandes migrações de população, em sua maioria pobre, que se estabeleceu ao redor das cidades nos cinturões de miséria. Nessas culturas os problemas de identidade e pertença, relação, espaço vital e lar são cada vez mais complexos. (DAp 58)

Pessoas e grupos sociais vivem processos históricos em que se entrelaçam o “ser” herdado e o “vir a ser” em construção. Nascemos “sendo” e ao mesmo tempo “somos o que nos tornamos, e, salvo exceção, nos tornamos o que a cultura permite que venhamos a nos tornar”.⁹ Não só a cultura, mas as circunstâncias de vida, a classe social, a biografia, os dons e a criatividade de cada um contribuem para a composição da identidade. Também os migrantes são herdeiros de sua identidade e construtores dessa identidade na trajetória de sua migração e ao longo de sua vida. Generalizando, pode-se afirmar: somos o que nos tornamos e o que a cultura, a classe social, a biografia, as contingências da vida e a criatividade nos permitiram ser.

No interior das nossas sociedades complexas, a construção da identidade tem um lado individual e grupal. Nas identidades grupais, socializamos normas universais com comportamentos particulares. Essa partilha entre valores universais e particulares está na origem da reciprocidade de direitos, deveres e reconhecimento entre macro-organismos e indivíduos de outros grupos. Também no interior de um determinado grupo sociocultural, os indivíduos vivem diferentes identidades de gênero, de idade (pai, filho, neto), e de origem (cearense, boliviano), de morador (rua, apartamento, casa), de migrante ou assentado, identidades profissionais e confessionais e/ou ideológicas.

A identidade de grupos e indivíduos precisa da categoria do “outro”, que não faz parte de um grupo estranho ou estrangeiro, mas de um grupo diferente e igual, próximo e distante ao mesmo tempo. A identidade é construída não em contraste com a não identidade, mas em contraste com

⁹ COSTA FREIRE, Jurandir. “Prefácio: Playdoier pelos irmãos”, p. 10.

a alteridade. A identidade dos migrantes tem como contraste a identidade dos não migrantes, dos cidadãos do país que os recebe, a identidade do micro-organismo de operários e vizinhos com os quais convivem.

Como a cultura, também a identidade nunca é conclusiva ou perfeita. Não podemos perder a identidade, porque ela nunca nos pertenceu como algo acabado. Somos eternos mestres e discípulos dessa identidade. Nessa mestria e nesse discipulado, mesclam-se imitação e criação. O português do Brasil nunca foi o português de Portugal. Os povos indígenas, que perderam a sua língua, por exemplo, aprenderam a se comunicar em outra língua. Reconstruíram sua capacidade de comunicação e deram novos contornos à gramática que receberam.

No decorrer de uma longa travessia, podem-se trocar todas as tábuas de uma canoa, mas ao voltar ao porto de partida, todos acreditam que é a mesma canoa que partiu tempos atrás. A construção da identidade pode ser comparada à construção permanente de uma casa, cujo núcleo primeiro recebeu muitos anexos. Esses podem configurar quebra de estilos, podem fortalecer ou enfraquecer o núcleo da casa original, onde foram incorporados, mas não configuram a destruição do núcleo habitacional original. Via de regra a identidade não se perde. Ela apenas se transforma.

A identidade de uma pessoa ou de um grupo social não coincide com sua cultura. A pertença cultural é conferida por um grupo social, que reconhece um determinado membro como membro de seu grupo, e pelo indivíduo, que se reconhece como membro desse grupo. Se na pertença cultural prevalece o reconhecimento recíproco entre grupo e indivíduo, na identidade da pessoa ou do grupo social prevalece o reconhecimento de si mesmo e a assunção de seu próprio núcleo “essencial”, que os outros não conhecem. Contudo, existem semelhanças entre a reprodução construtiva da cultura e da identidade pessoal. Uma determinada cultura pode, a médio prazo, realmente não mais ser transmitida à geração seguinte, mas também na “perda” cultural, como na “perda” da identidade, se trata sempre de uma substituição. Um ser sem cultura não seria mais um ser humano, e um ser sem identidade seria um caso patológico. Tais casos patológicos podem existir como exceção.

Processos migratórios individualizam as pessoas. Assim, a pergunta “quem sou eu?” torna-se mais importante que a pergunta “quem somos nós?”. Cada um procura reorientar-se no interior de uma sociedade nova, complexa e geralmente hostil. Esse fato produz, muitas vezes, uma idealização da própria origem e do passado. É um mecanismo de autodefesa. No novo ambiente, elementos desse passado são importantes.

Em meio às rupturas culturais impostas pela nova sociedade, representam pontes de continuidade.

A perda dos referenciais espaciais, em parte pela desintegração do projeto nacional, ameaça profundamente a identidade convencional dos indivíduos e grupos sociais. Vivem sem terra e sem teto; sem trabalho e sem fábrica; sem família e sem pátria. Sua vida se tornou vida de retirante e de vagamundo, fustigados das mesas de fatura. O vagabundo/vagamundo, no início do século, era aquele de quem os outros disseram que não quer trabalhar e, por isso, levaria uma vida errante e errada. Na cidade moderna, o novo nomadismo – o fato de não ter um endereço fixo, nem lugar de trabalho estável e nem crenças confiáveis – aponta, no entender da própria modernidade, para a regressão à barbárie do mundo globalizado.

A construção da identidade dos migrantes em situação de aceleradas mudanças aponta para o resgate da solidariedade na sociedade nacional e internacional. Aponta também para a redistribuição e rearticulação dos bens da terra e da humanidade. E esses bens não são somente pão e trabalho, terra e casa, saúde e educação. São ainda justa autonomia de todos, lazer e paz, justiça e democracia. Identidade como projeto de vida não alienada exige articulação com a alteridade dos movimentos sociais. Num momento que relativiza a territorialidade pela virtualidade, os migrantes vivem a globalização com pé no chão e à sombra das economias globalizadas. A identidade dos migrantes é sempre uma identidade territorial. Para saber quem você é, é preciso saber onde você pode estar.

Identidade e alteridade são termos aproximativos. O outro nunca é o totalmente outro com quem não haveria a possibilidade de comunicação. A “terra estranha” se torna para os filhos e os netos dos migrantes “terra familiar”. Se a transformação da identidade do indivíduo leva uma vida inteira, a transformação de uma cultura perpassa várias gerações. A bandeira da pastoral de migrantes “integração sem assimilação” é semelhante à exigência dos cristãos face ao mundo – viver no mundo sem ser do mundo –, mas a assimilação ocorre através do núcleo duro da vida social: o trabalho. Através do mundo do trabalho e do mercado, a cultura de origem dos migrantes pode-se tornar folclore que confirma a sua identidade de “migrantes”. Somente seus filhos e netos se tornarão cidadãos “autóctones”. À pergunta, se a classe média no Brasil é formada de cidadãos, Milton Santos respondeu que não, porque a classe média

não é preocupada com direitos, mas com privilégios. [...] E o fato de que a classe média goze de privilégios, não de direitos, impede aos outros brasileiros ter direitos. É por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. Digo-o por ciência própria. Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano me indica que não sou cidadão neste país.¹⁰

No mundo “volátil” e “portátil”, no mundo da dispersão dos grupos humanos e da flexibilidade complexa das relações humanas, a identidade, definida a partir de um território (país, interior, bairro, paróquia) ou de objetos (templo, casa, roupa, cargos), ficou abalada. Isso questiona a sedentarismo eclesial e permite aos agentes pastorais (não aos migrantes!) positivamente reconstruir a identidade como identidade do caminhar nas pegadas daquele que “não tem lugar onde reclinar a cabeça” (Lc 9,58). A identidade de um caminhar eclesial no Espírito significaria a libertação da ditadura dos fins preestabelecidos. Não importam os confins do mundo. O que importa é caminhar com Aquele que se disse “o caminho” (Jo 14,6) e não “a chegada”. Os migrantes chamam a atenção para a verdadeira identidade da Igreja, que é identidade em Jesus-Caminho, Jesus-Conosco e Jesus-Messias. Caminhando conosco, este Jesus, ungido no Espírito Santo, se revela e revela progressivamente também o fim da caminhada.

Pastoral de interculturação

É insuficiente o acompanhamento pastoral para os migrantes e itinerantes. (DAp 100e)

Entre as tarefas da Igreja a favor dos migrantes está indubitavelmente a denúncia profética dos atropelos que sofrem frequentemente, como também o esforço [...] para conseguir uma política migratória que leve em consideração os direitos das pessoas em mobilidade. (DAp 414)

A transformação da identidade do indivíduo, na qual se entrelaçam continuidade simbólica da pessoa e ruptura histórica, é um processo vivencial de uma vida inteira. A continuidade simbólica está presente na religião, nas festas, nas narrativas, na comunicação, no envio de presentes e lembretes, na solidariedade com o grupo e a terra de origem. São celebrações de ritos de despedida e ritualizações da memória do passado. Essa solidariedade justifica ou ameniza subjetivamente o “sacrifício” da migração e dá sentido à vida em terra estranha.

¹⁰ SANTOS, Milton, “As cidadanias mutiladas”, p. 133s.

A pastoral dos migrantes compreende a migração como um indicador de ameaça para toda a humanidade, mas aponta a seguinte questão: para onde essa humanidade vai migrar? A migração não é um caso social isolado e desconectado das grandes lutas por justiça social e pela redistribuição dos bens desse planeta. Trata-se de causa universal que permite construir alianças com outros setores da sociedade com os quais partilha a visão de uma sociedade e de um mundo para todos.

A interculturalização visa uma ação pastoral entre diferentes culturas. Ela é o projeto da inculcaturação *in actu*. Na Pastoral dos Migrantes e Refugiados, a interculturalização é a ação pastoral cotidiana. Ela desenvolve todas as suas atividades sempre entre diferentes culturas. Por conseguinte, é permanentemente obrigada a pensar as dimensões culturais de sua presença, hospitalidade, solidariedade e gratuidade.

Na interculturalização, os evangelizadores devem, segundo a *Evangelii nuntiandi*, observar a autonomia do Evangelho diante das culturas.¹¹ Ao mesmo tempo, os agentes das pastorais dos migrantes devem mostrar que o Evangelho como boa-nova da acolhida, da solidariedade e da hospitalidade pode comunicar-se em todas as culturas. A equidistância entre Evangelho e culturas significa não identificação do Evangelho com as culturas para estar aberto a todas e para manter a devida distância das estruturas de pecado que atravessam as culturas (cf. SD 13). A Pastoral do Migrante relaciona-se com sempre novos interlocutores culturais. Por conseguinte, não pode confundir os conteúdos semânticos do Evangelho com seu revestimento cultural. A difícil tarefa de codificação e recodificação do Evangelho é um eixo dessa pastoral.

Nos cenários de êxodo migratório emergem múltiplas tarefas para a Pastoral do Migrante. Ela é pastoral profética, que luta pela justiça maior, denuncia a gênese das estruturas de desigualdade, denuncia os privilégios e os privilegiados em cada país e propõe um novo modelo civilizatório. Nesse modelo a dignidade humana precede questões da sustentabilidade econômica e do legalismo da região ou do país anfitrião. A Pastoral dos Migrantes Internos e dos Imigrantes não sanciona, mas contesta a migração forçada, porque

as pessoas têm antes de tudo o direito a viver em paz e dignidade no seu país. Portanto, os países de origem têm a grave responsabilidade de trabalhar para aumentar o seu desenvolvimento, de tal maneira que os próprios cidadãos

¹¹ Cf. PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*. São Paulo: Paulinas, 2000, n. 20.

não sejam obrigados a abandonar a sua pátria para procurar uma vida digna alhures.¹²

Além de ser uma pastoral profética, que defende a permanência dos migrantes em seu habitat em condições de dignidade, a Pastoral do Migrante é também uma pastoral samaritana (DAP), que acompanha os migrantes, os acolhe em cada país onde cria espaços substitutivos de “lar” e “pátria” e defende seus direitos de cidadãos de um mundo globalizado. A catequese dos migrantes fala de um Deus migrante que acompanha os migrantes e, ao mesmo tempo, de um Deus que contesta as condições e as causas de sua migração.

A pastoral dos migrantes tem múltiplos rostos:

- a. Ela é uma pastoral do envio que transforma a saída clandestina de um determinado país, através de ritos de despedida, em missão pública.
- b. Ela é uma pastoral de acompanhamento, que vai com os migrantes de país em país. Era o caso de muitos migrantes do século 19, que chegaram da Europa ao Brasil com seus próprios pastores. A pastoral de acompanhamento é uma pastoral inculturada que assume as condições da migração, como nos anos de 1950 e 1960, os sacerdotes operários assumiram a condição de operários em vários lugares do mundo.
- c. Como pastoral de acolhida está preparada para receber os migrantes, representar a voz de “boas-vindas” num país e numa situação estranha e prestar primeiros socorros, como fez Pedro Claver (1580-1654), em Cartagena das Índias, quando chegaram os navios com os escravos da África.
- d. Como pastoral samaritana a Pastoral dos Migrantes ajuda àqueles que caíram nas mãos do ladrão. O ladrão pode ser o mediador de sua migração, como o “gato” que traz os migrantes nordestinos aos canaviais paulistas, o explorador de sua mão-de-obra e aquele que lhes tirou as possibilidades de sobreviver em seu próprio país. Pode ser também a propaganda enganosa e lucrativa, que promete com a migração mil maravilhas.
- e. Como pastoral profética, a Pastoral dos Migrantes denuncia as condições que causaram a migração em função do lucro e da falta de solidariedade. Todas essas dimensões de pastoral (envio,

¹² MARCHETTO, Agostino. *Discurso*.

acompanhamento, acolhida, profética e samaritana) devem estar articuladas numa grande rede de cooperação entre origem e destino, entre envio e acolhida, entre desenraizamento e integração sem assimilação.

A partir da filiação divina, que é artigo da nossa fé e que nos faz compreender a humanidade como família de protetores recíprocos, a Pastoral dos Migrantes aponta para a igualdade universal de todos os seres humanos; ao considerar as pessoas como imagem de Deus, aponta para o reconhecimento do “outro”, que é diferente e igual. O “outro” é imagem de Deus que vem ao nosso encontro. Ambos os artigos da fé (“filiação divina” e “imagem de Deus”) apontam para a interculturalização da solidariedade e hospitalidade. A Pastoral dos Migrantes trabalha na nervura do sistema capitalista; contra a acumulação e crescimento desenfreado, luta pelo crescimento limitado em benefício de todos, luta pela redistribuição dos bens e contra a confusão entre inferioridade e alteridade; luta pelo reconhecimento da igualdade e dignidade do “outro”.

Solidariedade e hospitalidade são desdobramentos da pastoral profética e samaritana que procuram responder aos dois conflitos estruturais que atravessam o mundo: a acumulação dos bens nas mãos de poucos e o não reconhecimento do “outro”. O primeiro está na raiz da migração, o segundo no desprezo, às vezes até na criminalização durante a trajetória e, mais ainda, na chegada e permanência na terra estranha. A Pastoral dos Migrantes e Refugiados se empenha na redistribuição dos bens e das oportunidades. A solidariedade configura-se como luta pela partilha dos bens e a hospitalidade nos diz que a partilha começa em casa.

A catolicidade não se manifesta somente na comunhão fraterna dos batizados, mas exprime-se também na hospitalidade assegurada ao estrangeiro, qualquer que seja a sua pertença religiosa, na rejeição de toda a exclusão ou discriminação racial e no reconhecimento da dignidade pessoal de cada um, com o conseqüente compromisso de promover os seus direitos inalienáveis.¹³

Essa “ecologia humana” (DAp 126) vale, igualmente, para os migrantes e agentes de pastoral.

Jesus de Nazaré enviou seus discípulos e discípulas como servos e testemunhas da boa-nova do Reino de Deus, que é Reino de Vida. O Reino de Vida mostra a sua relevância histórica em duas dimensões

¹³ JOÃO PAULO II. *Mensagem para o 85º Dia Mundial dos Migrantes e dos Refugiados*, n. 6.

de luta: nas lutas contra o sofrimento existencial (doença, falta de sorte, infelicidade herdada) e nas lutas contra a injustiça, exploração e opressão social ou cultural.

Nessas lutas distinguimos lutas por progressos científicos – na medicina, por exemplo – e lutas políticas pelo acesso de todos a esse progresso. Lutas científicas e lutas políticas, propriamente ditas, são questionamentos do mundo assim como é. Ciência e política podem contribuir muito para a humanização do mundo; contudo, são lutas inconclusivas. A máquina produz alívio laboral, mas não suspende todas as carências do trabalho penoso. A medicina produz muitas curas e alívio nas dores, mas não extingue a morte. As lutas científicas e políticas são lutas pela dignidade de todos os seres humanos, também no sofrimento e na morte, e lutas pela igualdade de oportunidades sociais. São lutas por uma sociedade justa nas contingências da vida. São lutas sem fim. A Pastoral do Migrante está articulada com todas as lutas contra a naturalização da miséria, da sociedade de classes, da migração. Entre essas lutas e o dom do Reino de Vida, existe uma relação dialética: a graça não desmobiliza e a mobilização não substitui a graça.

O Reino de Vida, em sua plenitude, é um dom escatológico. A dimensão escatológica é uma exigência da própria justiça. Uma verdadeira justiça requer um mundo onde não só o sofrimento presente seja anulado, mas também a injustiça do passado seja julgada.¹⁴ Não pode haver justiça sem a ressurreição dos mortos. A justiça maior do Reino nos introduz no território dos injustiçados e dos injustos. É o movimento que articula a solidariedade com a encarnação: Deus no presépio. O “mais” se aloja no “menos”, o divino no humano. A justiça maior exige o amor maior. O amor maior é não só para os amáveis, mas também e sobretudo para os desprezíveis. Ao lembrar o Reino e zelar pela vida, até as últimas consequências, “os do Caminho” (At 9,2) assumem a responsabilidade pelo “outro” em sua ambivalência. Cumprem a sua missão, marcada pela cruz e a esperança da ressurreição. A experiência dos migrantes fornece luz para o discernimento, empresta asas para a imaginação e sandálias para seguir novos rumos.

Num mundo marcado pela aceleração da produção e do consumo, não basta encantar-se com a urgência dos problemas e permanecer nas tocas eclesiais.¹⁵ Não basta imitar a aceleração dos ritmos e não ter tempo

¹⁴ Cf. BENTO XVI. *Carta encíclica Spe salvi sobre a esperança cristã*. São Paulo: Paulinas, 2009, n. 42.

¹⁵ O Documento de Aparecida (DAP) apresenta uma ladainha de urgências. Cf. DAp 148, 169, 283,

(ou não ter gente) para estar com o “outro”. Não basta cantar “Jesus é o Caminho” e sentar-se na distante cadeira da teologia. Não basta invocar o protagonismo dos “setores que foram deslocados” (DAp 128), e voltar a celebrar a missa contra a parede. Urgente é diminuir a distância e aumentar o tempo disponível. Urgente é o primeiro passo ao encontro dos migrantes que rompe com seu isolamento. O segundo, tão importante quanto o primeiro, é o início da caminhada com eles.

Bibliografia

- COSTA FREIRE, Jurandir. “Prefácio: Playdoier pelos irmãos”, in KEHL, Maria Rita (org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- JAEGGI, Rahel. *Entfremdung*. Zur Aktualität eines sozialphilosophischen Problems. Frankfurt a. M.: Campus, 2005.
- MARCHETTO, Agostino. *Discurso*. Intervenção da Santa Sé na primeira reunião do ‘Foro Mundial sobre migração e desenvolvimento’. Disponível em: www.vatican.va (Cúria Romana, Secretariado do Estado), 10.07.2007.
- NÓBREGA, Ricardo. “Migração e globalização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo”, in ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). “VI Encontro Nacional sobre migrações”. Belo Horizonte/MG, 12 a 14 de agosto de 2009, www.abep.org.br.
- ROSA, Hartmut. “Kritik der Zeitverhältnisse. Beschleunigung und Entfremdung als Schlüsselbegriffe der Sozialkritik”, in JAEGGI, Rahel; WESCHE, Tilo (orgs.). *Was ist Kritik?* Frankfurt am Main: Suhrkamp (stw 1885), 2009, p. 23-54.
- SANTOS, Milton. “As cidadanias mutiladas”, in VVAA. *O preconceito*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/IMESP, 1996/1997, p. 133-144.
- SUESS, Paulo. “Migração, peregrinação e caminhada como desafios da missão no mundo globalizado”, in *REB*, v. 238, junho 2000, p. 294-311.

Abstract

Migration, identity, interculturalism. ***Thesis and fragments for a theological-pastoral discernment***

The migration is crossed by all current issues of our civilization. Themes such territory, urbanization, agribusiness, development model, work, class society, identity, are as a lace almost impossible to untie. For this article, constructed as a thesis, the proposal is to outline identity and interculturalism, from the theological-pastoral field. Even thus, in the boulder of migration, all the spades that try to dig deeply end up curved. The result seems to be ready previous to the first line, and points out to two options: stop the migration or go along with it. The result, apparently impossible, questions the ecclesial sedentariness and the systemic pastoral code practices.

Keywords: *Identity; Interculturalism; Development; Solidarity*

Recebido para publicação em 03/03/2010.

Aceito para publicação em 29/03/2010.

Received for publication in March 3rd, 2010.

Accepted for publication in March 29th, 2010.